

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA**  
**UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA**  
**CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM LIBRAS**

**FRANCISCA JORGE DE SOUSA GOMES**

**A EDUCAÇÃO DE SURDOS NUMA PERSPECTIVA INCLUSIVA**

**PATOS - PB**

**2020**

**FRANCISCA JORGE DE SOUSA GOMES**

**A EDUCAÇÃO DE SURDOS NUMA PERSPECTIVA INCLUSIVA**

Artigo apresentado à Coordenação do Curso de Especialização em Libras-EaD do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba – *Campus* Patos, como requisito para a obtenção do título de Especialista em Libras.

**Orientador (a):** Profa. Esp. Jessica Andreza Alves Ferreira

**PATOS - PB**

**2020**

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA SETORIAL DE PATOS/IFPB

G633e Gomes, Francisca Jorge de Sousa  
A educação de surdos numa perspectiva inclusiva/  
Francisca Jorge de Sousa Gomes. - Patos, 2020.  
26 f.

Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em  
Libras - EAD) - Instituto Federal da Paraíba, 2020.  
Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Esp. Jessica Andreza Alves Ferreira

1. Educação 2. Inclusão 3. Desafio 4. Metodologia 5.  
Surdos I. Título.

CDU – 376

FRANCISCA JORGE DE SOUSA GOMES

**A EDUCAÇÃO DE SURDOS NUMA PERSPECTIVA INCLUSIVA.**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado à Banca Examinadora, do  
Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia  
da Paraíba (IFPB), para obtenção do título  
de Especialista em Libras.

Patos, 08 de FEVEREIRO de 2021.

**BANCA EXAMINADORA**

Jéssica Andreza Alves Ferreira  
Prof.(a.) Esp. Jéssica Andreza Alves Ferreira

Orientador(a) – Prefeitura Municipal da Aliança- PE

Edcarlos Paz de Lucena  
Prof.(a.) Esp. Edcarlos Paz de Lucena

Avaliador(a) – IFPB

Heber Allison Lima Felinto  
Prof.(a.) Me. Heber Allison Lima Felinto

Avaliador(a) – Prefeitura Municipal de Pombal- PB

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus por ter me dado saúde e força para superar os desafios.

A minha orientadora Professora Jéssica Andreza pela paciência e orientação.

A José Firmino Melo Júnior, amigo de todos os momentos nessa caminhada.

A todos que direta ou indiretamente contribuíram para a conclusão de mais uma etapa de formação profissional.

## **DEDICATÓRIA**

Dedico este trabalho ao meu esposo Martim Martins Gomes, por ser um grande parceiro nas minhas decisões. E aos meus filhos Martim Júnior e João Vítor. Meus netos Davi, Jade e Gael.

## RESUMO

Este artigo tem por objetivo refletir teoricamente sobre o processo de inclusão dos alunos surdos na escola inclusiva, mais precisamente na sala de aula regular. O caminho metodológico está baseado a partir das abordagens dos autores: Mantoan (2006), Prieto (2006), Mainieri (2005), Ropoli (2010), Guijarro (2005), Perlin (1998), Honora (2014), Lacerda (2014), entre outros estudiosos. Para além, o trabalho está suprido de artigos, documentos oficiais, revistas científicas, que embasaram para o enriquecimento deste trabalho. Diante do tema, surge a seguinte problematização: quais as perspectivas da educação dos alunos surdos na escola inclusiva? Com base nessa pergunta norteadora, buscam-se respostas para tal questionamento no decorrer da pesquisa. Sabemos que o histórico da inclusão no Brasil, tem passado por grandes processos educacionais desde o período imperial até os anos 90 com a Declaração de Salamanca (1994). Os resultados demonstraram que as literaturas sobre a temática e as políticas públicas em defesa da educação inclusiva e as lutas das comunidades surdas, têm contribuído para o processo de inclusão do aluno surdo, desde a matrícula, participação e a permanência na escola, na busca por uma aprendizagem significativa, apontando metodologias que contribuem para a formação acadêmica e pessoal do aluno surdo, bem como, sua preparação para o mundo do trabalho.

**PALAVRAS-CHAVE:** Educação. Inclusão. Desafios. Metodologia. Sala de aula. Surdos.

## ABSTRACT

This article aims to reflect theoretically on the process of deaf students inclusion in the inclusive school, more precisely in regular classrooms. The methodological path is based from the approaches of the authors: Mantoan (2006), Prieto (2006), Mainieri (2005), Ropoli (2010), Guijarro (2005), Perlin (1998), Honora (2014), Lacerda (2014), among other scholars. In addition, the work is supplied with articles, official documents, scientific magazines, which were the basis for the enrichment of this work. In view of the theme, the following question arises: what are the prospects to the education of deaf students in inclusive schools? Based on this guiding question, answers are sought in the course of the research. We know that the history of inclusion in Brazil, has undergone big educational processes from the imperial period to the 1990s with the Salamanca Declaration (1994). The results demonstrated that the literatures about the thematic and the public policies in defense of the inclusive education and the fights of the deaf community, have contributed to the process of inclusion of the deaf student, since enrollment, participation and permanence in school, in the search for meaningful learning, pointing out methodologies that contribute to the academic and personal formation of the deaf student, as well, their preparation to the world of work.

**KEYWORDS:** Education. Inclusion. Challenges. methodology. Classroom. Deaf.



## SUMÁRIO

|   |           |
|---|-----------|
| <b>1 INTRODUÇÃO .....</b>   | <b>9</b>  |
| <b>2 REFERENCIAL TEÓRICO .....</b>  | <b>10</b> |
| 2.1 Breve histórico da inclusão no mundo e no Brasil .....                    | 10        |
| 2.2 Reflexão sobre a educação inclusiva .....                                 | 12        |
| 2.2.1 Conceituando educação especial .....                                    | 13        |
| 2.3 A escola regular em tempos de inclusão .....                              | 15        |
| 2.3.1 Os desafios e entraves da inclusão escolar .....                        | 18        |
| 2.3.2 Possibilidades do atendimento educacional especializado na escola ..... | 19        |
| 2.3.3 Inclusão do aluno surdo na sala de aula regular .....                   | 20        |
| <b>3 METODOLOGIA.....</b>   | <b>22</b> |
| <b>4 RESULTADOS E DISCUSSÃO .....</b>   | <b>23</b> |
| <b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>  | <b>24</b> |
| <b>REFERÊNCIAS .....</b>  | <b>25</b> |

## 1 INTRODUÇÃO

Percebe-se, historicamente, que a Educação Especial na perspectiva inclusiva tem evoluído com conquistas significativas que vão desde o direito a matrícula em escolas regulares, acesso e a permanência buscando adequar currículos de forma flexível, metodologia acessível para os surdos e recursos tecnológicos para promover uma aprendizagem significativa.

Ensinar nunca foi e nem será uma tarefa fácil. Segundo Nóvoa (1995) não é a mais impossível, mas é uma das mais difíceis, e em se tratando do atual contexto social isso se tornou ainda mais difícil, pois a escola não consegue acompanhar de forma satisfatória as mudanças ocorridas na sociedade. A sala de aula ainda é um espaço físico recheado de restrições e seguindo ainda padrões das mais remotas idades históricas, ou seja, a escola está estruturada para aulas orais e quase sempre tendo como estratégias pedagógicas.

Esse trabalho tem como objetivo refletir sobre o processo de inclusão do aluno Surdo na escola inclusiva. Para alcançar o objetivo proposto, a metodologia adotada foi a pesquisa bibliográfica quantitativa, onde as pesquisas de autores tais como Arantes (2006), Damázio (2007), Mantoan (2003), Paulon (2005), Ropoli (2010), Perlin (1998), Honora (2014), Lacerda (2014), dentre outros. Para além desses autores, buscou-se em livros e artigos científicos, assim como documentos eletrônicos que abordavam o tema, os quais foram selecionados, para posteriores leituras e construção do artigo.

A educação de alunos surdos é um grande desafio enfrentado pelas escolas inclusivas, pois, entender esse processo e suas possibilidades no contexto escolar, é a motivação para a elaboração dessa pesquisa bibliográfica que servirá de subsídio teórico para o aprofundamento de novas pesquisas. Diante dessa motivação questiona-se: Diante do paradigma da educação inclusiva, como está acontecendo a educação do aluno surdo?

Os alunos com surdez necessitam de um olhar pedagógico mais elaborado, uma que vez que possuem uma identidade e uma cultura própria. Como parte dessa cultura tem sua língua materna que a Libras, o que exige uma fundamentação teórica, pesquisas de metodologias associadas a uma prática por parte do professor que necessita está em constante formação continuada para atender as reais necessidades do aluno surdo que precisa aprender a LIBRAS e a Língua Portuguesa como L2, na modalidade escrita.

## **2 REFERENCIAL TEÓRICO**

### **2.1 Breve histórico dos caminhos da inclusão no mundo e no Brasil**

Na antiguidade tem-se neste período, de forma explícita, o abandono social e até mesmo o extermínio de pessoas com deficiência, seja ela: auditiva, visual, intelectual e física. Nesse período as pessoas com deficiência eram tratadas como algo desprezível, sem nenhum valor humano para a sociedade, portanto, não participavam da vida social entre pessoas ditas “normais”, sendo abandonadas.

Na Grécia, as crianças que nasciam com alguma deficiência eram abandonadas em algumas situações nas florestas, o que as tornavam incapazes de sobrevivência, uma vez que é fato de que o ser humano é o animal mais dependente dos pais quando nascem, perdurando essa condição por um longo tempo, diferentemente dos outros animais. Logo se estas crianças eram abandonadas longe do convívio humano consequentemente morriam. Em Atenas as crianças com deficiência eram abandonadas, já em Esparta eram sacrificadas, pois lá só poderiam viver crianças consideradas perfeitas fisicamente, porque o destino delas eram tornarem-se grandes guerreiros poderosos e valentes (CORREIA, 1997).

Chegando a Idade Média, tem-se a inclusão a partir de concepções paradoxais, que ora enxerga a pessoa com deficiência com espírito de caridade e piedade, iniciando atendimento na perspectiva assistencialista, ora o ver como um ser que merece ser castigado, pois a deficiência representava uma possessão demoníaca, chegando a casos de trepanação que consistia em se fazer um orifício na testa do mesmo para que o demônio pudesse deixar o corpo por meio deste (PESSOTTI, 1984; ARANHA, 1995, 2001).

Findando o período da Idade Média ao início da Idade Moderna, a deficiência passa a ser vista como doença, despertando assim, o interesse científico por parte da medicina. É, também, na Idade Moderna que passa a existir o atendimento educacional segregador em instituições destinadas a cada deficiência de forma específica, ou seja, para cada tipo de deficiência existia uma escola (MAZZOTA, 1996).

Na Idade Contemporânea inicia-se uma luta da sociedade civil em prol da extinção dos modelos educacionais segregadores, reconhecendo, portanto, os direitos sociais das pessoas com necessidades especiais. Vive-se, portanto, uma filosofia de integração que fundamenta o paradigma da inclusão. Nesse período histórico reconhece-se a diversidade e a heterogeneidade característica marcante da existência humana (MANTOAN, 1998).

No Brasil ainda não tínhamos uma educação regular sistematizada as pessoas com deficiência, desta feita não havia e nem se pensava na aprendizagem de crianças surdas. Até 1759, a educação brasileira tinha como objetivo ensinar bons costumes e a fé católica. A educação de surdos e demais crianças com deficiência ainda não era foco de preocupação e organização do sistema educacional.

A educação de surdos no país, teve início com D. Pedro II, que por ter um genro surdo, convidou Ernest Huet, professor francês e surdo para fundar a primeira escola de surdo do Brasil, o INES que fica sediado na cidade do Rio de Janeiro, referência nacional na educação de surdos, inicialmente conhecido com Instituto Imperial dos Surdos.

No Brasil, por sua vez, iniciou-se o processo de integração no início na década de 70, através de movimentos liderados pelos pais e responsáveis de pessoas com deficiência, como também pelos próprios entes. Esses movimentos se estenderam até as décadas de 80 e 90, refletindo nos dias atuais. Com isso, as pessoas com deficiência conquistaram os seus direitos por meio de documentos legais que, influenciaram as políticas públicas de inclusão no país. (PILLETI, 2018)

A instrução primária e gratuita para todos os cidadãos, garantida pela Constituição de 1824, incluiria a população de cegos no Brasil, a partir da fundação do Imperial Instituto dos Meninos Cegos. O início do processo de criação de um sistema nacional de ensino no Brasil oitocentista ocorre com a criação do Colégio Pedro II, em 1837, a terceira instituição de ensino oficial do país, após a Independência em 1822. Em seguida, foram criados o Imperial Instituto dos Meninos Cegos, em 1854, e o Colégio Nacional de Surdos-Mudos, em 1856, o que visaria a garantir o acesso à educação primária da população, a partir da educação especializada. Atualmente, ainda em funcionamento, com o nome de Instituto Benjamin Constant, atua como tradicional escola para deficientes visuais, sendo referência nacional de educação inclusiva no Brasil (SANTOS, 2018, p. 107) *apud* (RANGEL; GOMES, 2016).

As APAES (Associação de Pais e amigos dos excepcionais) se estruturaram como instituições destinadas a educação das crianças com deficiência intelectual e múltipla, existindo ainda hoje como centros especializados e não mais como escolas regulares de educação especial (BRASIL, 2018).

## 2.2 Reflexões sobre a educação inclusiva

A proposta de educação inclusiva tem sido um paradigma de discussão política no Brasil e no mundo. Fundamenta-se nos direitos humanos que associa respeito e igualdade nas diversidades como bens indissociáveis a condição de uma vida digna. Está incluído significa ser participante ativo da construção de sua história e da história do seu contexto social. A escola, ao longo da história, tem se configurado como espaço de segregação e práticas pedagógicas discriminatórias, uma vez que representa os desejos e anseios de um grupo que domina. (ROCHA, 2017).

Percebe-se que a instituição escola, funciona como aparelho ideológico, através dos currículos, métodos e processos avaliativos que se concretizam como práticas segregadoras uma vez que estabelecem padrões. Os alunos que não se enquadram, por algum motivo a esse padrão, estarão consequentemente excidos

Portanto inclusão segundo SASSAKI, (1999, p.42) *apud* ROCHA, (2017, p. 3):

[...]é um processo que contribui para a construção de um novo tipo de sociedade através de transformações, pequenas e grandes, nos ambientes físicos, espaços internos e externos, equipamentos, aparelhos, utensílios mobiliário e meios de transportes e na mentalidade de todas as pessoas, portanto também do próprio portador de necessidades especiais.

O ato de incluir requer mudanças de atitudes, comunicação, paradigmas e estrutura para que possa atender as necessidades específicas do aluno. Com isso é necessário, repensar como essa estruturação poderá atender a necessidade de todos os cidadãos. Por exemplo, a comunicação acessível para surdos deverá ser contemplada em bibliotecas, prefeituras e igrejas, bem como a acessibilidade de locomoção nos espaços físicos, nos meios de transportes e pontos turísticos das cidades. Pois, inclusão deve acontecer para todos, com ou sem deficiência, participar e conviver são direitos de todas as pessoas.

Segundo ROCHA, (2017, p. 7) afirma:

A inclusão nada mais é que um processo de inovação que exige esforço de reestruturação e atualização de algumas escolas, fazendo com que essas escolas busquem uma reorganização escolar, ampliando seu projeto político pedagógico, incorporando novas práticas aos currículos e realizem adaptações físicas necessárias para acolher os alunos.

A inclusão exige mudança de paradigma e atitude, além de, um novo pensar pedagógico em todo corpo docente e técnico, formação continuada dos professores sobre tema específico, metodologias adaptadas e inovadoras, e sobretudo, um novo olhar sobre o aluno surdo. É preciso, compreender que o ser humano é único e especial, cada um com suas peculiaridades e sua subjetividade, características próprias e que não deve ser comparado com ninguém (LIMA, 2006).

Mediante os conceitos apresentados de educação e inclusão, compreende-se que a educação inclusiva não é somente para pessoas com deficiência, mas para todas as pessoas. Como também, não é somente na escola, mas em todos locais, na conjuntura da sociedade, como exposto anteriormente.

É preciso evidenciar que uma educação inclusiva seja de fato uma ação incorporada na escola, se faz necessário uma adaptação da estrutura, metodologia de ensino, professores inclusivos que estejam de fato, comprometidos com a aprendizagem das crianças. Pois, em sala de aula, é importante que o educador tenha conhecimento de como trabalhar com cada estudante, adaptando as atividades aos níveis de cada ser presente na sala, bem como a sua realidade de aprendizagem, considerando a classe social, oportunidades, estímulos, vivencia familiar, dentre tantos outros que contribuem para a efetivação do conhecimento.

De acordo com Paulon, (2005, p. 9) que em seus escritos afirma:

Sabemos que o professor sozinho pouco pode fazer diante da complexidade de questões que seus alunos colocam em jogo. Por este motivo, a constituição de uma equipe disciplinar, que permite pensar o trabalho educativo desde os mais diversos campos do conhecimento, é fundamental para compor uma prática inclusiva junto ao professor.

Sendo assim, a educação na perspectiva inclusiva garante a todos os estudantes o acesso à educação, de acordo com suas necessidades, ou seja, uma integração. Pelo fato de considerar que cada estudante tem o seu tempo de aprender. Assertiva correta, não se pode comparar o processo dos estudantes como iguais, cada pessoa tem sua subjetividade, características próprias, assim como cada criança é diferente da outra, todas tem seu tempo de aprender, algumas mais rápidas outras mais lentas. Porém, o mais importante é ver o desenvolvimento da criança mediante aos estímulos, apoio e possibilidades oportunizadas a cada ser. (BRASIL, 1998).

### **2.2.1 Conceituando a educação especial**

A educação Especial se caracterizou por atender alunos com deficiência, por meio de metodologias e estratégias de ensino de forma complementar, voltada para o atendimento de alunos com alguma deficiência. Esse serviço em sua natureza é ofertado com base na ideia de que os alunos com deficiência deverão ser preparados para o mundo social.

“A educação especial se organizou tradicionalmente como atendimento educacional especializado substitutivo o ensino comum, evidenciando diferentes compreensões, terminologias e modalidades que levaram à criação de instituições especializadas, escolas especiais e classes especiais. Essa organização, fundamentada no conceito de normalidade/anormalidade determina forma de atendimentos terapêuticos fortemente ancorados nos testes psicométricos que por meio de diagnósticos, definem as práticas escolares para alunos com deficiência” (BRASIL, 2010, p. 10).

Contrariando a ideia de uma educação que reforça a segregação, onde existe uma escola para cada deficiência, distanciando-as do convívio entre pares, é promulgada em 1996 a Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional – LDB, 9394/96 em seu Art. 58 compreende que:

“Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação”.

Percebemos que a lei prever uma educação especializada para atender os alunos específicos, em todas as modalidades de ensino, conforme o artigo. Este atendimento visa atender os alunos com deficiência com metodologias e estratégias de ensino para contemplar a aprendizagem, como também, levando a uma reflexão sobre a prática docente, há anos engessada e conseqüentemente o fazer docente do professor que tem a possibilidade de trabalhar enxergando e valorizando a diversidade de sua sala de aula.

“O ensino tradicional há de ser substituído por uma pedagogia da de atenção à diferença que propõe a criação de diferentes formas de organização da classe, dos tempos, dos espaços didáticos e das estratégias pedagógicas buscando recuperar um novo sentido para as atividades escolares. No contexto atual, a escola não pode mais se manter com a mesma organização, currículo e forma de atendimento inalteradas, sob pena de acentuar cada vez mais o quadro de dificuldades, ou seja, permanecendo como ofertas educativas homogêneas a alunos com características diferenciadas”. (FIGUEIREDO, 2010, p. 12)

Nesse aspecto, a educação especial na perspectiva da inclusão, abraçada e gerida por todos que fazem a escola se lança como um paradigma de equidade, portanto democrático, uma vez que todos, comunidade escolar, direcionarão esforços no sentido de que todos os alunos tenham as mesmas oportunidades e condições metodológicas de aprendizagens percebendo e aceitando que cada um tem uma forma única de aprender e de se relacionar e que precisa, legalmente, ser respeitado.

### **2.3 A escola regular em tempos de inclusão**

Fenômenos sociais educacionais como: evasão, repetência, que por sua vez fazem surgir outro fator, que é a distorção idade série, caracterizada por inúmeros fatores sociais que refletem no seio educacional, como também, a dinâmica de funcionamento, estrutura e o planejamento escolar quando não são construídas de forma democrática, resulta na exclusão do aluno.

A escola historicamente se caracterizou pela visão da educação que delimita a escolarização como privilégio de um grupo, uma exclusão que foi legitimada nas políticas e práticas educacionais reprodutoras de ordem social. Assim, sob formas distintas, a exclusão tem apresentado características comuns nos processos de segregação e integração, que pressupõem a seleção, naturalizando o fracasso escolar. (BRASIL, 2010, p.10)

As causas são inúmeras, podendo até serem citadas algumas mais comuns como: questões familiares, condições subumanas, falta de motivação são elencadas como fatores que contribuem para a evasão escolar e o fracasso escolar. Mas diante dessas questões a culpabilidade é atribuída ao aluno que é visto como desinteressado, com incapacidade intelectual reduzida e que não tem perspectivas de futuro.

Atualmente vivemos o paradigma da Inclusão, e com toda mudança surgem incertezas, insegurança, mas também muita busca por informações e alternativas que possam nortear o caminho a ser seguido. A inclusão, em sua totalidade, aparece de fato e de direito como uma oportunidade de reversão do quadro real da educação brasileira.

A maior dificuldade no processo de inclusão é a participação da família no ambiente escolar, resistência de alguns profissionais ao receber o aluno com deficiência na sala de aula. Com relação à família as mesmas possuem comportamentos de proteção aos seus entes com deficiência, não acreditando que os seus filhos possuam possibilidades



de aprender, habilidades de conviver em sociedade, e não se desenvolverão nas ações pedagógicas desenvolvidas na escola.

Um grande número de alunos com deficiência está integrando as escolas brasileiras, são alunos com as seguintes deficiências: intelectual, auditiva, física, visual, síndromes, distúrbios e os transtornos de aprendizagem. Os professores em meio a tudo isso sentem-se preocupados na busca para atender as necessidades de cada aluno, buscando cursos de formação para preparação pedagógica, se comprometendo para que a inclusão possa acontecer de fato.

O projeto de formação destinado aos professores está intimamente ligado aos interesses de manutenção da ordem vigente, e por isso compreender os modelos de formação destinados aos professores de EE é uma das partes que contribuem para a compreensão das múltiplas determinações que assolam a escola pública brasileira. (VAZ, MICHELS, 2017, p.62.)

Essa situação reflete nos alunos com deficiência que passam a viver uma situação em que estão incluídos, mas vivendo uma exclusão no ambiente escolar, pois chegam à escola, tem direito à matrícula, mas a inclusão, a participação no processo de ensino está sendo bastante desafiador para o professor

A inclusão é possível sim, mas para tanto requer uma mudança muito radical no fazer pedagógico. Não se pode encaixar um projeto novo e ousado como esse em uma velha concepção escolar arraigada e engessada em uma pedagogia tradicional distante da perspectiva dialética exigida pelo momento social e cultural ora vivido. A escola inclusiva reconhece e valoriza as diferenças, ministra ensino para alunos que não conseguem acompanhar os colegas de turma, devido à problemas que vão desde as deficiências até outras dificuldades de caráter motivacional, cultural ou familiar sem minimizar informações.

Além disso, são necessárias políticas públicas educacionais voltadas para a inclusão, que aparelhem melhor as escolas desde o seu ambiente físico até a preparação dos professores para que possam exercer com segurança uma prática pedagógica de caráter inclusivo, não esquecendo de que é fundamental uma equipe multidisciplinar com fonoaudiólogos, psicólogos, assistentes sociais, médicos e fisioterapeutas (BRASIL, 1996).

A diversidade e inclusão têm sido tema de debate na atual conjuntura educacional. As legislações educacionais garantem o direito às crianças e jovens com deficiência se

matriculem em escolas de ensino regular e que estas deverão apoiá-los de forma pedagógica, proporcionando-lhes meios que contribuam para seu desenvolvimento pleno como ser humano e cidadão.

A educação na diversidade é um meio essencial para desenvolver a compreensão mútua, o respeito e a tolerância, que são os fundamentos do pluralismo, a convivência e a democracia. Por isso, é fundamental que as escolas, que são instâncias fundamentais para a socialização dos indivíduos, ofereçam a possibilidade de vivenciar esses valores. (GUIJARRO, 2005, p. 10)

Quando se fala em inclusão não se pode esquecer o negro e o índio e ainda os marginalizados socialmente. Crianças com as mais diversas deficiências, com dificuldades de aprendizagem, de relacionamento, negra ou indígena são vistas, em algumas situações, até mesmo como incapazes.

O primeiro passo para tornar a escola como um espaço inclusivo, entendendo e aceitando que os alunos constroem o conhecimento segundo suas capacidades, expressando ideias livremente, participando das tarefas de ensino e conseqüentemente se desenvolvendo como cidadão. Diante disso, deve-se pensar conforme o que diz Ropoli (2010, p. 8) “Nas escolas inclusivas, ninguém se conforma a padrões que identificam os alunos como especiais e normais. Todos se igualam pelas suas diferenças”.

A escola regular se torna inclusiva quando reconhece as diferenças do aluno diante do processo educativo, nessa perspectiva busca a participação e o progresso de todos os seus alunos adotando práticas pedagógicas inclusivas que atendam às suas necessidades. Obviamente, essa mudança de postura não é fácil, pois necessita ultrapassar o espaço da sala de aula. Para essa concretização é necessária a atualização de novos conceitos e a aplicação de práticas compatíveis com a ideia de inclusão.

Esse processo demanda de iniciativas que envolvam professores, gestores, especialistas, pais e alunos e outros profissionais que compõem a escola, todos imbuídos e conscientes do que é de fato incluir. A orientação desse trabalho coletivo desenvolvido dentro da escola deverá estar expressa no Projeto Político Pedagógico.

“O Projeto Político Pedagógico é um instrumento por excelência para melhor desenvolver o plano de trabalho eleito e definido por um coletivo escolar; ele reflete a singularidade do grupo que o produziu, suas escolhas e especificidades.” (ROPOLI, 2010, p. 10)

Nessa perspectiva, a participação do professor na construção do PPP de sua escola e a vivência do mesmo em sua sala de aula garantirá o exercício de uma prática pedagógica democrática possibilitando, portanto, a permanência dos alunos na escola, assegurando a inclusão e garantindo ensino de qualidade. Nesse sentido fazem a diferença. Lacerda(2014 p.55

Quando se trata da educação dos surdos Lacerda (2014 p.55), citando Machado(2006) afirma:

Apesar da Declaração de Salamanca de 1994, das Leis 9.394/96 e 10.436/02, do Decreto 5.626/05, que priorizam a educação de surdos, Machado, em sua pesquisa como relatos dos participantes surdos, percebeu que os professores estão despreparados para lidar com o aluno surdos devido à ausência de procedimentos, metodológicos que privilegiem a experiência visual do surdo no processo de ensino e aprendizagem.

### **2.3.1 Os desafios e entraves da inclusão escolar**

Um dos grandes desafios enfrentado pelos educadores no tocante a inclusão de alunos com deficiência é a preparação e o acompanhamento de professores para desenvolver nas suas práticas, que possibilitem a aprendizagem dos alunos de maneira efetiva.

Profissionais angustiados em sala de aula sem saber como lidar com um aluno que tem algum tipo de deficiência. Existem os que se preocupam de fato, por não ter conhecimento de como lidar pedagogicamente com a situação e por ser comprometidos com a profissão, mas existem aqueles que não se importam se esses alunos irão aprender ou não.

“Sabemos que um professor sozinho pouco pode fazer diante da complexidade de questões que seus alunos colocam em jogo. Por este motivo, a constituição de uma equipe interdisciplinar, que permita pensar o trabalho educativo desde diversos campos do conhecimento, é fundamental para compor uma prática inclusiva” (PAULON, 2005, p. 9)

As salas de recursos multifuncionais necessitam de profissionais especialistas que possam atender as demandas específicas com atividades complementares e

suplementares, necessitando que os professores estejam intrinsecamente interligados nos planejamentos para que as ações pedagógicas ocorram de forma promissora.

Outro fator desafiante é a contratação de profissionais de apoio para auxiliarem os alunos com deficiência, especialmente as que não conseguem se locomover e realizar a higienização, bem como apoiar os educadores no trabalho pedagógico.

A oferta de suporte ou apoio para as atividades diárias e participação social dessa parcela da população tornou-se o foco da intervenção das políticas públicas. Suporte ou apoio significa todo e qualquer equipamento, adaptação ou ajuda de pessoa ou serviço que visa a possibilitar ou facilitar o desempenho de funções, atividades ou participação de pessoas que possuam qualquer limitação funcional ou deficiência. (BARBOSA, 2018, p.4; *et al*)

Outro grande desafio enfrentado no processo de inclusão escolar é o despreparo das famílias no apoio as deficiências de seus filhos. É compreensível que o nascimento de um filho com deficiência traga uma série de impasses às relações familiares e sociais seguidos de um sentimento de frustração, culpa, negação do problema entre outros fatores, principalmente no que se refere à frequência de seus filhos à escola. “A posição da família do aluno com deficiência é apontada como um obstáculo do processo de inclusão educacional, quando esta “dificulta a inclusão por não reconhecer as possibilidades da criança” (PAULON, 2005 p. 27)”.

As famílias passaram a ver a escola como a grande salvadora da situação, e que o professor tem que ensinar a seus filhos a leitura e a escrita, mesmo que estes não possuam essa competência em virtude de sua deficiência, pois é sabido que os alunos com deficiência possuem seus limites e habilidades que lhes são peculiares, como todo ser humano, tendo, portanto, ritmos próprios de aprendizagens.

Nesse contexto, segundo Lacerda (2014) “a escola não tem favorecido a aprendizagem dos alunos surdos inseridos no ensino regular devido aa dificuldades de ordem linguística e cultural”.

### **2.3.2 Possibilidades do Atendimento Educacional Especializado na escola**

Portanto o direito a educação é um importante passo para a pessoa com deficiência, conseguir sua autonomia na vida, ou seja, poderá superar as dificuldades de comunicação com as pessoas ouvintes, tem alguns que falam por meio de gestos, e conseguem fazer leitura labial, podendo, até se comunicar através da escrita.

Porém, para o surdo conseguir escrever, ele deve ser alfabetizado em uma escola que esteja pronta para recebê-lo, sua alfabetização deve ser sua língua materna, a Língua de Sinais - LIBRAS para que seja adquirida a sua língua materna. Sabendo disso, o direito de estar inserido na sala de aula regular é para todos, portanto, a pessoa com deficiência auditiva, como qualquer outro deve ser inserido de acordo com suas necessidades, a educação inclusiva vem trabalhando para que aconteça essa acessibilidade e o aluno possa se sentir membro da escola.

Para Damázio (2007, p. 27):

A proposta de educação inclusiva é um desafio, que para ser efetivada faz-se necessário considerar que os alunos com surdez têm direito de acesso ao conhecimento, e acessibilidade, bem como ao Atendimento Educacional Especializado.

O Atendimento Educacional Especializado é uma grande possibilidade inclusiva que contribui no processo de alfabetização do surdo na sua língua materna, como também fazer com que todos os ambientes da escola possam estimular suas habilidades, para que o aluno surdo possa ir mais além, motivando-o para a sua permanência na escola e a educação de qualidade.

A família é a base do ser humano e tem o papel de apoiá-lo em suas dificuldades e posteriormente pesquisar meios para atender as necessidades do surdo, conforme Damázio (2007, p. 3),

As pessoas com surdez enfrentam inúmeros entraves para participar da educação escolar, decorrentes da perda da audição e da forma como se estruturam as propostas educacionais das escolas. Muitos alunos com surdez podem ser prejudicados pela falta de estímulos adequados ao seu potencial cognitivo, sociocultural e ter perdas consideráveis no desenvolvimento da aprendizagem.

Dessa forma o Atendimento Educacional Especializado busca estimular o aluno surdo no processo de aprendizagem por meio das tecnologias e meios pedagógicos inclusivos, dando-o suporte para atender as suas necessidades de aprendizagem. A escola deve trabalhar na perspectiva de acessibilidade, avaliando a dificuldade de cada aluno com deficiência que estuda na escola.

O Atendimento Educacional Especializado é elaborado e desenvolvido conjuntamente pelos professores que ministram aulas em Libras, professor de classe comum e professor de Língua Portuguesa para pessoas com surdez. O planejamento coletivo inicia-se com a definição do conteúdo curricular, o que implica que os professores pesquisem sobre o assunto a ser ensinado. Em seguida os professores elaboram o plano de ensino. (DAMÁZIO, 2007 p. 26)

### 2.3.3 Inclusão do aluno Surdo na sala de aula regular

Ao longo da história as pessoas surdas eram vistas como “anormais”, sendo excluídos na sociedade, na escola, etc. Com a Declaração de Salamanca (1994), a educação inclusiva ganhou fôlego na defesa do direito do aluno com deficiência estar incluído na escola na escola e na sociedade.

Antes existiam escolas especiais que se objetiva em atender apenas as necessidades do aluno com deficiência, porém este tipo de escola está direcionado a exclusão do aluno, pois, a inclusão do aluno com deficiência deverá ocorrer junto aos demais alunos ditos “normais”, no contexto da inclusão no ambiente escolar.

A inclusão do aluno com surdez deve acontecer desde a educação infantil até a educação superior, garantindo-lhe, desde cedo utilizar os recursos de que necessita para superar barreiras no processo educacional e usufruir seus direitos escolares, exercendo sua cidadania, de acordo com os princípios constitucionais do nosso país. (DAMÁZIO, 2007, p. 14)

O processo inclusivo na escola regular acontece através da difusão da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS para a aquisição da sua língua materna no processo de alfabetização, bem como, o ensino da Língua Portuguesa como segunda língua, essa utilização das duas línguas é denominado Bilinguismo, ou seja, a junção das duas línguas. De acordo com o decreto 5.626, 5 de dezembro de 2005:

As pessoas com surdez têm direito a uma educação que garanta a sua formação, em que a Língua Brasileira de Sinais e a Língua Portuguesa, preferencialmente na modalidade escrita, constituam línguas de instrução, e que o acesso as duas línguas ocorra de forma simultânea no ambiente escolar, colaborando para o desenvolvimento de todo o processo educativo. (BRASIL, 2005)

No Brasil há uma carência de professores bilíngues, assim tendo um professor para Língua Portuguesa e um para a língua de sinais, mas o professor de LIBRAS se encontra na sala do Atendimento Educacional Especializado (AEE), o que deveria estar acompanhando o aluno surdo na sala de aula, pois a língua de sinais deve ser sua primeira língua (a língua materna), do mesmo modo que o ouvinte a primeira Língua é a portuguesa, portanto é necessário que aprenda e a domine (BALIEIRO, 2006) *apud* (NEUROTH-GIMBRONE, LOGIODICE, 1992; LEWIS, 1995; MAHSHIE, 1995; SVARTHOLM, 1999).

O surdo apresenta dificuldades no processo da escrita e a leitura, mas não significa dizer que é impossível, basta apenas que a escola dê mais importância ao surdo, disponibilizando professores capacitados para atender suas necessidades e dos demais alunos ao mesmo tempo, conseguindo com que desenvolva sua aprendizagem e melhor desempenho escolar. Perlin (1998, p. 56) afirma que “os surdos não conseguem dominar os signos dos ouvintes, por exemplo, a epistemologia de uma palavra, sua leitura e sua escrita”.

A escola deve estar sempre adequando seu método de ensino a necessidade do aluno surdo, dando aos professores maiores subsídios para o estudo de como pode estar incluindo o surdo em sala de aula. Sabendo das necessidades dos surdos em aprender sua língua materna, a escola deve procurar cumprir esta meta, avaliando a qualidade de ensino que estará proporcionando a pessoa com deficiência auditiva.

Como parte integrante da primeira etapa da educação básica, o aprendizado de línguas configura-se como componente curricular a ser desenvolvido com crianças surdas. Assim, a Língua Portuguesa (oral e escrita) e a Língua Brasileira de Sinais- LIBRAS devem ser ofertadas pelo sistema educacional. (BRASIL 2006, p. 18)

O aluno surdo deve dominar sua língua materna e adquirir conhecimentos sobre a Língua Portuguesa, tendo em vista a inclusão do mesmo na sala de aula regular, visando o conhecimento entre alunos surdos e ouvintes, professores. A inclusão do aluno também deve acontecer através de sua vontade de estar incluído, assim o professor pode estimulá-lo a se sentir e estar fazendo parte do processo educativo.

### **3 METODOLOGIA**

A metodologia adotada foi a pesquisa bibliográfica qualitativa, onde as pesquisas de autores tais como Arantes (2006), Damázio (2007), Mantoan (2003), Paulon (2005), Ropoli (2010), Perlin (1998), Honora (2014), Lacerda (2014) dentre outros. Para além desses autores, buscou-se em livros e artigos científicos, assim como documentos eletrônicos que abordavam o tema forma foram selecionados, para posteriores leituras e consequentemente fichamentos dos mesmos.

Para Gil (2002 p. 44), pesquisa bibliográfica ..."é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos". Podemos assim entender e concordar que a pesquisa bibliográfica se baseia em livros e outras formas de documentos escritos e eletrônicos.

Seguindo as ideias de Gil (2002) o trabalho foi organizado em etapas estruturadas, iniciando com a escolha do tema que por ser voltado para um interesse de cunho pessoal também existe a necessidade de ampliar conhecimentos na área por atuar como professora de Libras em curso de formação de professores em nível médio e superior.

Após realização de leituras e com base em conhecimentos prévios acerca da temática escolhida como objeto de pesquisa formulou-se a problematização para dá orientação a pesquisa. Diante desse contexto, buscaram-se respostas para a seguinte pergunta: quais as perspectivas da educação dos alunos surdos na escola inclusiva?

#### **4 RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Com base nas leituras realizadas para referendar esse trabalho, percebemos que existe a defesa de uma escola inclusiva que é respaldada por muitos teóricos, em especial Mantoan (2003), Sasaki (2007), Paulon (2005) e outros citados no referencial teórico, defendem a escola inclusiva, portanto uma escola, que promovam a efetivação da democracia.

Em nível senso comum o paradigma da educação especial na perspectiva inclusiva parece algo distante e impossível de ser vivido na prática cotidiana da sala de aula regular. Alguns professores ainda não conseguem trabalhar dentro dessa realidade acreditando e propagando, que não é possível fazer acontecer a aprendizagem em uma sala de aula onde estejam matriculados alunos com deficiência.

Para Sasaki (2007) é necessário obter um conjunto de procedimentos de adequação do sistema educacional às necessidades, habilidades e aspirações de todas as pessoas com ou sem deficiência, as quais tem o direito de ser aceitas com as diferenças que fazem delas seres humanos únicos.

Já Paulon (2005) afirma que a inclusão é percebida como um processo de ampliação da circulação social que produza uma aproximação dos seus diversos protagonistas, convocando-os à construção cotidiana de uma sociedade que ofereça oportunidades variadas a todos os seus cidadãos e possibilidades criativas a todas as suas diferenças.

Neste mesmo sentido, Mantoan (2003) ressalta que é totalmente contrária a uma escola especializada, ou seja, onde aconteça a segregação de alunos com e sem deficiência. A mesma teoriza que a escola precisa ser única e adaptar-se as diversidades, nessa perspectiva (p. 28), “as crianças precisam da escola para aprender e não para marcar passo ou ser segregada em classes especiais e atendimentos à parte”.



No contexto da educação de alunos com surdez, Damázio (2007), postula que esta deverá ser pensada a partir da Educação Infantil ao Ensino Superior, sempre dando garantias de recursos que ajudarão na superação das barreiras existentes no processo de ensino e aprendizagem, o que permitirá o efetivo exercício da cidadania.

Para Perlin (1998), os alunos com surdez apresentam dificuldades de compreensão de signos, por ser abstrato. Isso exige mudanças nas metodologias e pesquisas por parte do professor para que assim possa promover uma aprendizagem efetiva da Língua Portuguesa na leitura e na escrita.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Concluimos que a inclusão educacional das pessoas com deficiência no mundo e no Brasil, foi apresentado em seu contexto histórico com grandes desafios na busca pelo acesso aos diferentes setores sociais, principalmente a educação, porém, com grandes possibilidades, que resultaram em políticas de públicas de inclusão e o acesso e a permanência na educação. A educação do aluno surdo no contexto da educação inclusiva, iniciando com a história em contexto mundial e brasileiro, sem perder de vista o atendimento educacional especializado destinado a este aluno.

Pensar em uma educação que promova a inclusão é necessário que seja observado os pontos aqui elencados e entender que a inclusão não é algo futurista, é presente e que, enquanto educadores, tem-se que estar preparados ou, na menor das hipóteses, aceitar que ela existe. É fato que incluir é possível, é necessário mudar posturas frente à complexidade do processo, pois é mais uma questão de aceitação somada a uma preparação embasada em uma fundamentação teórica que venha de encontro com a realidade da pessoa com deficiência em especial o aluno surdo.

Diante do que foi apontado como pontos de reflexão, neste artigo, entendemos que vem de encontro com o anseio de trazer para a realidade educacional, de forma efetiva, o trabalho de inclusão de forma que possa fazer a diferença na vida daqueles que são diferentes em sua forma de ver, ouvir, falar, andar e perceber o mundo. Entendemos que mais pesquisas necessitam ser realizadas sobre a educação do aluno com deficiência, para que essa educação se concretize e aluno consiga avanços na sua vida acadêmica, chegando, portanto, ao ensino superior.

É importante que os professores busquem conhecer as abordagens da educação inclusiva e assim desmistificar as concepções que possam vir a ter sobre esse paradigma

educacional e partir da leitura, ressignificando assim sua prática. Entendemos que as informações nele contidas, serão de grande valia no fazer pedagógico e na construção de uma prática docente inclusiva portanto humana e justa onde todos são vistos como capazes de aprender e possuidores do direito de aprender e crescer cognitivamente.

## REFERÊNCIAS

APAEBRASIL.APAE **Brasil–Federação Nacional das APAES**. Disponível em:<<http://apae.com.br/>> Acesso em: 18 de dezembro de 2020.

ARANHA, M.S.F. (1995). **Integração social do deficiente: análise conceitual e metodológica**. *Temas em Psicologia*, 2.

\_\_\_\_\_. (2001). **Paradigmas da relação da sociedade com as pessoas com deficiência**. *Revista do Ministério Público do Trabalho*, XI (21).

ARANTES, Valéria Amorim, (Org.) **Inclusão Escolar: pontos e contrapontos**. São Paulo: Summus, 2006.

BARBOSA, V. M. S; ALMEIDA, M. B. de; NASCIMENTO, S. N. do. **O papel do cuidador(a) no contexto da educação inclusiva: o caso do município de Campina Grande (PB)**. Publicado em 2018 V Conedu ISSN 2358-8829. Disponível no site: [http://www.editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2018/TRABALHO\\_EV117\\_MD1\\_SA10\\_ID7111\\_31082018172710.pdf](http://www.editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2018/TRABALHO_EV117_MD1_SA10_ID7111_31082018172710.pdf). Acesso em 10.12.2020.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília (DF): Senado, 1988.

\_\_\_\_\_, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB. 9394/1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Brasília: MEC, 1996.

CORREIA, L. M. **Alunos com Necessidades Educativas Especiais nas classes regulares**, Porto: Porto Editora, 1997.

DAMÁZIO, M. F.M. **Deficiência Auditiva**. Brasília, DF: MEC/SEESP, 2007.

FIGUEIREDO, Rita Vieira de. Incluir não é inserir, mas interagir e contribuir. *Inclusão: Revista da Educação Especial*. Brasília, v. 5, n.2, p. 32-38, jul/dez.2010.

GIL, Antonio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GUIJARRO, Maria Rosa Blanco. **Inclusão: um desafio para os sistemas educacionais.** In: BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Ensaios pedagógicos: construindo escolas inclusivas. Brasília: MEC, SEESP, 2005

HONORA, Márcia. **Inclusão educacional do aluno com surdez: concepções e alfabetização: ensino fundamental, 1º ciclo – São Paulo: Cortez, 2014.**

LACERDA, Cristina Broglia Feitos de. SANTOS, Lara Ferreira dos. **Tenho um aluno surdo e agora? Introdução à Libras e a educação de surdos.** São Paulo: EdUFSCar, 2014.

LIMA, Priscila Augusta. **Educação inclusiva e igualdade social /Priscila Augusta Lima e Therezinha Vieira.** - São Paulo: Avercamp, 2006.

LODI, Ana Claudia Balieiro. **Primeira Língua e Constituição do Sujeito: Uma transformação Social.** Publicado em 2006 ETD – Educação Temática Digital, Campinas, v.7, n.2, p.1-13. Disponível no site: <http://www.porsinal.pt/index.php?ps=artigos&idt=artc&cat=23&idart=25>. Acesso em 09.12.2020.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?.** São Paulo: Moderna, 2003.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Igualdade e diferenças na escola: como andar no fio da navalha.** In: \_\_\_\_\_; PRIETO, Rosângela Gavioli. **Inclusão escolar: pontos e contrapontos.** São Paulo: Summus, 2006, p. 15-29.

\_\_\_\_\_, Maria Teresa Eglér. (1998) **Ensino Inclusivo/Educação (de qualidade) para todos.** In. Revista Integração, Ministério da Educação e do Desporto, SEESP, ano 8, n. 20. p. 30-32.

\_\_\_\_\_, **Marcos Político-Legais da Educação Especial:** na perspectiva da Educação Inclusiva. Ministério da Educação (MEC), Secretaria de Educação Especial, Brasília, 2010.

MAZOTTA, M. J. S. **Educação especial no Brasil:** histórias e políticas públicas. São Paulo: Cortez, 1996.

MICHELS, Maria Helena. (Org). **A formação de professores de educação especial no brasil: propostas em questão.** – Florianópolis: UFSC. 2017.

MORI, Nerli Nonato. SANDER, Ricardo Ernani. **História da educação dos surdos no brasil.** Publicado em seminário de pesquisa ppe. Disponível em: [http://www.ppe.uem.br/publicacoes/seminario\\_ppe\\_2015/trabalhos/co\\_04/94.pdf](http://www.ppe.uem.br/publicacoes/seminario_ppe_2015/trabalhos/co_04/94.pdf). Acesso em 10/12/20.

NÓVOA, Antonio. (Coord.) **Os professores e sua formação.** 2ª ed. Lisboa: Dom Quixote, 1995.

PAULON, Simone Mainieri.[et al]. **Documento Subsidiário à Política de Inclusão.** Ministério da Educação (MEC). Brasília, 2005.

PERLIN, Gladis. **Identidade surdas**. In: **A surdez: um olhar sobre as diferenças**. Porto Alegre: Editora Mediação, 1998.

PESSOTTI, I. (1984). **Deficiência mental: da superstição à ciência**. São Paulo: T.A. Queiroz.

QUADROS, Ronice Muller de; Schmiedt, Magali L. P. I Magali L. P. **Ideias para ensinar português para alunos surdos**. Brasília: MEC, SEESP, 2006.

ROCHA, Artur Batista de Oliveira. **O papel do professor na Educação inclusiva. Ensaios Pedagógicos**, v.7. n.2, Jul/Dez, 2017.

ROTH, Berenice Weissheimer. **Experiências Educacionais Inclusivas**. Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade. Ministério da Educação (MEC). Brasília, 2006.

ROPOLI, Edilene Aparecida. [et al]. **A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: A escola comum inclusiva**. Fortaleza, 2010.

SALAMANCA. Declaração de Salamanca e enquadramento da ação na área das necessidades educativas especiais. Conferência mundial sobre necessidades educativas especiais: acesso e qualidade. Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. Ministério da Educação e Ciência de Espanha. Salamanca, Espanha, 7-10 de Junho de 1994. Disponível no site: [http://redeinclusao.web.ua.pt/files/fl\\_9.pdf](http://redeinclusao.web.ua.pt/files/fl_9.pdf). Acesso em 13/08/2020.

SANTOS, Bárbara Poubel dos. **O imperial instituto dos meninos cegos e a historiografia linguística**. p. 104 - 116 In: *Linguagem em diálogo com a sociedade: História, Política e Contato Linguístico*. São Carlos: Pedro & João Editores, 2020. 375p.

SASSAKI, Romeu. **Inclusão: Construindo uma sociedade para todos**. Rio de Janeiro: WVA, 2007.

\_\_\_\_\_. A inclusão no mercado de trabalho. In: *Inclusão: Construindo uma sociedade para todos*. 6.ed. Rio de Janeiro: WVA, 2005, p.57-96.